

# **SOCIUS Working Papers**

**Cristina Matos**

**" Migrações: Decisões Individuais e Estruturas Sociais"**

**Nº 5/93**

**SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações  
Instituto Superior de Economia e Gestão  
Universidade Técnica de Lisboa  
Rua Miguel Lupi, 20  
1249-078 Lisboa  
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783  
E-mail: socius@iseg.utl.pt**

**Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>**

**CRISTINA MATOS**

## **Migrações: decisões individuais e estruturas sociais**

### **I - INTRODUÇÃO**

As migrações têm constituído um potente e privilegiado elo de ligação entre diferentes espaços, mas, apesar da sua importância, permanecemos ignorantes em relação às suas causas.

Porque migram as pessoas? As respostas vêm de dois lados e apontam para suspeitos aparentemente incompatíveis: as decisões individuais racionais e as estruturas sociais coercivas. No fundo, o que está em causa é determinar qual a unidade de análise: o indivíduo ou a sociedade, o migrante ou o processo migratório.

Pretende-se, neste texto, contrapor as duas tradições da teoria das migrações e ensaiar uma resposta à questão, recorrendo aos inputs considerados mais válidos de cada uma das abordagens.

### **II - SOBRE O SENTIDO DE "MIGRAR"**

Com origem etimológica no termo latino migrare, que significa passar de um lugar para outro, mudar de residência, o vocábulo "migrar" tem vindo a ser utilizado para designar ora uma série de movimentos populacionais de duração, magnitude e longitude variáveis, ora apenas algum dos seus elementos. A razão para apenas se estudar determinados aspectos do fenómeno não será difícil de encontrar: envolvendo facetas tão díspares como a mudança de residência para o quarteirão seguinte ou a instalação dos pioneiros no Novo Mundo, o objecto de estudo "migração" não se mostra apazível a uma análise unificadora, antes convida a estudos parciais e, frequentemente, unidimensionais.

Poderemos, então, tentar encontrar uma tipologia das migrações, tendo em conta os seus diferentes vectores:

1 - Segundo as fronteiras atravessadas <sup>1</sup>:

Nacional: intra ou inter-bairros (mobilidade residencial)

inter-municipal

inter-regional

Internacional: intracontinental

intercontinental

Em princípio, a ordem de apresentação destes tipos de migração corresponderia a uma ordem crescente de ruptura que introduziriam na vida quotidiana e na cultura do migrante. No entanto, tal não é válido pois, mesmo atravessando uma fronteira entre dois países posso não alterar os meus hábitos ou, até, o local de trabalho, e migrando de Viseu para Lisboa é inevitável que o faça. A passagem de um espaço cultural relativamente contínuo para um espaço geográfico-administrativo discreto mostra-se, assim, falaciosa, mas não se avista a introdução de um instrumental mais válido.

O elemento "fronteira" surge, ainda, com um carácter perturbador em análises de médio e longo prazo que englobam a alteração das divisões territoriais.

## 2 - Segundo a duração e/ou periodicidade <sup>2</sup>:

Movimentos pendulares: diários

semanais

Migrações periódicas: sazonais

duração variável

Migrações de breve duração (menos de 1 ano)

Migrações de duração média (1-5 anos)

Migrações definitivas ou de longa duração (mais de 5 anos)

Dado que a duração das migrações é, na maior parte das vezes, estabelecida a priori, com base nas intenções dos migrantes (que podem estar a mentir ou mudar de planos, durante a sua estadia), a informação tende a apontar, enganadoramente, para um carácter predominantemente temporário das migrações.

Muitos países, de acordo com a ONU, consideram "migração permanente" um movimento de pessoas entre duas unidades administrativas, envolvendo uma estadia superior a um ano.

## 3 - Segundo a voluntariedade <sup>3</sup>:

Migrações voluntárias <sup>4</sup>: individuais

núcleos familiares

grupos

Migrações forçadas: deportação / êxodo: causa bélica

catástrofe natural

catástrofe ecológica

razões políticas

## 4 - Segundo o motivo invocado <sup>5</sup>: trabalho

familiar (ex: casamento)

saúde

estudo

político, étnico ou religioso

catástrofes: bélicas  
ecológicas  
naturais

Em relação aos "migrantes", será conveniente salientar duas grandes categorias (que, não esgotando, obviamente, as possibilidades, são as mais importantes na actualidade): os refugiados e os "migrantes económicos".

A categoria "refugiados" abrange todos os indivíduos que, fora do seu país natal, não desejem aí regressar por temer perseguições raciais, religiosas ou políticas, e todos aqueles que, pelas mesmas razões, de lá desejem sair. Calcula-se que, em 1988, satisfizessem a primeira condição cerca de 18,5 milhões de indivíduos; o valor total de refugiados seria, só para as regiões da África Subsahariana, Afeganistão, Médio Oriente, Etiópia e América Central, de aproximadamente 31,7 milhões <sup>6</sup>.

Em relação aos "migrantes económicos", a sua deslocação é motivada pela mudança de local de trabalho, que surge de braço dado com a alteração de residência; partem em busca de melhores condições de vida, agindo racionalmente ou por coacção social (a questão permanece em aberto...). Atingiam, em 1975, 10% do total da força de trabalho na Europa Ocidental <sup>7</sup>.

### III - DECISÕES INDIVIDUAIS

Englobados neste ponto, estão os "modelos de equilíbrio" <sup>8</sup> inseridos no paradigma individualista das ciências sociais, que concebem a migração como um movimento individual, baseado numa opção livre, dadas as condições objectivas de cada uma das regiões (região de origem / região de destino), e que visa a maximização do bem estar do migrante. Inserem-se nesta corrente os modelos de custo-benefício, de capital humano e as análises sociológicas de "atração-repulsão".

Patentes nestes modelos estão, claramente, as influências: (i) da teoria marginalista, nomeadamente pela atomização da sociedade, que se reduz a um conjunto discreto de homo-economicus; (ii) das teorias da modernização dos anos 60, particularmente na análise desenvolvida para o papel do migrante como impulsionador do crescimento autosustentado na região de origem; e (iii) do modelo dualista de Lewis, na perspectiva de que o crescimento de duas regiões se faz mediante a realocação da força de trabalho entre elas.

#### A. Pressupostos

Inerente a estas análises, está um conjunto de pressupostos subjacentes ao equilíbrio de interesses no migrante e à racionalidade do processo de decisão. De entre elas, salientam-se:

- \* a atomização da sociedade;
- \* a não existência de conflito entre os interesses do Estado e do indivíduo;

\* a concepção de um mundo que tende para uma distribuição factorial óptima, para a qual a migração é um instrumento privilegiado; e

\* o mercado de trabalho internacional funciona em condições "de concorrência perfeita": é transparente, não existem barreiras à entrada nem à saída, não existe segmentação, o factor trabalho é homogéneo e livre e não estão presentes associações de trabalhadores.

## B. O modelo de Ravenstein

De grande importância no âmbito dos modelos que concebem a migração como um processo enraizado na decisão individual, apresenta-se-nos o modelo de Ravenstein, tanto pelo seu carácter pioneiro como por sintetizar, ainda hoje, o núcleo duro da corrente individualista da teoria das migrações.

Este modelo, de um elegante rigor formal <sup>9</sup>, foi apresentado a 17 de Março de 1885 à Royal Statistical Society, sob o elucidativo título "The Laws of Migration", que viria, aliás, a manter na sua subsequente publicação, em 1889 <sup>10</sup>.

Tendo como objecto de estudo um migrante que se reveste das formas de homo-oeconomicus benthiano, a decisão de migrar é apresentada como um processo racional que responde às forças que a impelem por forma a minimizar o desconforto (ou a maximizar o bem-estar - a solução do problema dual é idêntica). Na base desta decisão estão as variáveis que, na região de origem, funcionam como factores de repulsão e os factores de atracção na região de destino, que, normalmente, constituem as contrapartidas positivas daqueles; afectando estas duas forças estarão as variáveis intervenientes que, não podendo ser englobadas nas características objectivas das duas regiões, agem como motivadoras ou inibidoras da migração <sup>11</sup>. O modelo poderá ser esquematizado da seguinte forma:

<b>Factores de repulsão</b>	<b>Variáveis intervenientes</b>	<b>Factores de atração</b>
* falta de acesso à propriedade ou ao uso da terra	* desenvolvimento das tecnologias de comunicação	* emprego
* desemprego	* desenvolvimento do comércio	* salário elevado
* salário baixo		* "vantagens da vida urbana sobre a vida rural" <sup>12</sup>
* secas e fomes		
* crescimento populacional		

À enumeração de Ravenstein poderíamos acrescentar <sup>13</sup> os factores de repulsão de cariz político como a liberalização da saída ou o clima de instabilidade inerente a situações de guerra civil, de regimes coercivos ou de conflitos étnicos.

No âmbito desta análise, não é dado qualquer relevo às particularidades das migrações em massa face às individuais; um fluxo migratório não é mais do que um conjunto de migrantes agindo segundo um conjunto de decisões individuais em igual número. Sendo a sua direcção e magnitude função da distribuição de factores, a migração terminará (até porque deixa de fazer sentido) quando se igualarem as produtividades marginais do trabalho (e, conseqüentemente, os salários) entre as regiões envolvidas.

### C. Sobre os ganhos

Não há lugar para qualquer tipo de disparidade na distribuição dos ganhos provenientes dos movimentos migratórios: a longo prazo, tanto o migrante como as duas regiões ganham. Vamos por partes:

1. O migrante: beneficia das melhores remunerações e das "vantagens da vida urbana sobre a vida rural" (expressão tão vazia quanto vaga...); ao regressar, poderá estabelecer-se no país de origem como empresário, gozando de um prestígio superior ao que antes detinha. Nestas condições, os custos de curto prazo (como sejam os custos de transporte até ao seu destino ou os custos psicológicos associados ao afastamento das suas raízes) virão a ser compensados por lucros acrescidos no médio e longo prazo. A migração assume, assim, a forma de um investimento, e mais concretamente de um investimento em capital humano - é o que defendem alguns autores, entre os quais se destaca Becker (Prémio Nobel da Economia de 1992).

2. A região de destino: tem acesso a mais mão-de-obra, factor anteriormente escasso, enquanto que, simultaneamente, e devido às mesmas causas, ocorre uma expansão no mercado interno podendo, assim, aumentar a sua produção e riqueza material. Em épocas de recessão, os migrantes, quais andorinhas no Outono, abandonarão os seus empregos em busca de melhores oportunidades, não havendo, portanto, lugar para qualquer tipo de tensões.

3. A região de origem: embora conheça perdas em mão-de-obra, especialmente a qualificada e jovem, no curto prazo, poderá beneficiar, a longo prazo, por duas vias: por um lado, as remessas enviadas permitem a aquisição de bens de capital e novas tecnologias que lhe permitirão tornar mais competitivos os seus produtos; por outro lado, o retorno e estabelecimento dos emigrantes permitirá a aplicação das qualificações por estes adquiridas no exterior que, aliadas às novas tecnologias, lançarão a região num processo de crescimento autosustentado.

### D. Algumas questões

a) O indivíduo como unidade de análise:

" O pressuposto que é o indivíduo a unidade de análise gerou falsas premissas sobre os processos de decisão inerentes ao fenómeno, os quais, frequentemente, fazem parte de um complexo processo de decisões familiares e de selecção estratégica de alternativas" <sup>14</sup>.

A liberdade das escolhas tomadas num vazio social não existe, o indivíduo está envolto num conjunto de relações que lhe condicionam a decisão de forma consciente e inconsciente; a acção individual encontra-se diluída numa trama social que prepara o indivíduo para as escolhas, moldando a forma de apreender os factores de atracção e repulsão e a sua resposta. O indivíduo encontra-se, sempre, coagido por estruturas sociais, tanto na região de origem, como na região de destino, que interagem entre si, alimentando o fluxo migratório.

b) O mercado de trabalho internacional não é concorrencial:

\* a informação perfeita sobre as condições em ambos os mercados de trabalho não existe; todo o conhecimento se baseia em percepções subjectivas e visões estereotipadas veiculadas pelos mass-media, especialmente as que se referem à região de destino;

\* não existe qualquer garantia de que o "ótimo" seja atingível, mesmo que o indivíduo seja totalmente livre e que o mercado seja transparente;

\* existem restrições à entrada explícitas, nomeadamente no controlo fronteiriço, as quais se, por um lado, inviabilizam a livre circulação de factores, por outro condenam ao ostracismo as teorias que pretendem encontrar as "leis universais" que regem tanto as migrações internas como as externas. Mantêm-se, entretanto, certas "portas" abertas (destinadas, principalmente, a qualificações específicas e refugiados políticos) que regulam as formas dos fluxos, mas às quais, de forma alguma, podem ser plenamente aplicadas estas análises;

\* constata-se que existe uma heterogeneidade, em termos objectivos, do trabalho (qualificações, aptidões,...), à qual se alia uma diversidade étnica, rática, em termos de nacionalidade e em relação às formas de comportamento face às condições de trabalho. A este fenómeno está associada a segmentação do mercado de trabalho e a instauração de padrões discriminatórios, que se traduzem tanto no estabelecimento de "segmentos de mobilidade" como na utilização de meios menos lícitos para a contratação (como é o caso da "cunha") e até na defesa, por parte dos sindicatos, de apenas alguns trabalhadores.

c) A ênfase colocada no salário como factor motivador é exagerada, pois este é apenas um meio para atingir objectivos precisos e nunca um fim em si mesmo. Por outro lado, e como nos explicam os autores estruturalistas que adiante veremos, os migrantes não partem para as regiões onde são pagos os salários mais elevados, mas em direcção àquelas para onde são recrutados. Outros factores com um papel impulsionador serão as infraestruturas existentes e a imagem social e cultural da região.

d) Mantêm-se sem resposta as questões que se referem às diferenças sociais e psicológicas dos migrantes; reduz-se o indivíduo a uma amálgama de características médias, perdendo-se as particularidades.

e) É errado afirmar que a região de origem ganha com o processo migratório - o que discutiremos no ponto IV.D; adianta-se, por ora, o cerne desta crítica:

- \* os migrantes não aplicam, quando do retorno, as qualificações estratégicas adquiridas no estrangeiro, pois raramente têm oportunidade de as adquirir;

- \* o retorno apenas faz aumentar o consumo de bens de luxo e, conseqüentemente, as importações;

- \* o seu dinheiro, quando aplicado, é canalizado para pequenos negócios promovedores de poucas, ou nenhuma, sinergias a nível macroeconómico; e

- \* as remessas não são utilizadas para importar novas tecnologias, mas para aliviar tensões imediatas como seja o equilíbrio da Balança de Pagamentos, para além de que, embora atingindo elevados montantes globais, são constituídas por minúsculas partículas ventiladas por um elevado número de agentes.

f) Estas teorias não explicam nem as diferenças entre as migrações internas e internacionais, nem as razões para ambas coexistirem paralela ou desfasadamente, dependendo das regiões a que se referem.

#### IV - ESTRUTURAS SOCIAIS

Por contraposição aos modelos vistos anteriormente, que se baseiam na primazia do indivíduo face à sociedade envolvente, surgem as análises da "Escola Histórico-Estrutural" <sup>16</sup>, que retiram toda a capacidade decisória àquele, colocando a ênfase na sua modelação, operada pelas estruturas sociais em que se insere.

##### A. Unidade e diversidade

Se, nos chamados modelos de equilíbrio, existe já uma certa diversidade de contributos que não afecta, no entanto, uma convergência na explicação e conclusões, a discussão é maior no âmbito das teorias estruturalistas. De facto, a designação de "escola" é falaciosa, na medida em que sugere unidade, escondendo uma tendência separatista tanto mais grave quanto se baseia em discussões ideológicas. De entre a infinidade de abordagens distinguem-se as institucionalistas, as marxistas, as neo-marxistas e as segmentacionistas.

Podemos, no entanto, encontrar um conjunto de elementos comuns em todos estes autores; são eles <sup>17</sup>:

- \* adopção de uma perspectiva histórica, na medida em que colocam o ênfase nas forças históricas (e estruturais) que condicionam os fluxos;

\* carácter estruturalista da análise: para todos estes autores o objecto de estudo são as estruturas sociais, sendo conferida uma grande importância aos "factores externos que modelam o mercado de trabalho, limitam o seu perfeito conhecimento por parte dos actores ou geram elementos de enviesamento no processo de tomada de decisão" <sup>18</sup>;

\* partilham da concepção de uma interacção das formações sociais nacionais que as torna permeáveis em relação aos fenómenos económicos e sociais internacionais;

\* mantêm uma perspectiva crítica; e

\* as suas análises restringem-se, habitualmente, à busca das causas das "migrações económicas".

## B. As determinantes das migrações

A dinâmica do modo de produção capitalista a nível internacional gerou (e continua a gerar), através da Divisão Internacional do Trabalho, uma estruturação da economia-mundo em três grandes grupos: o centro, a semi-periferia e a periferia. Os fluxos entre estes blocos são determinados, tanto em direcção como em magnitude, pela dinâmica do centro e, portanto, as migrações particulares devem ser situadas e interpretadas "em termos das suas ligações às maiores alterações na direcção dos fluxos de trabalho e de capital a nível global" <sup>19</sup>. Ao invés de promover a distribuição óptima de factores, os movimentos de trabalho (como, aliás, qualquer relação entre o centro e a periferia) reforçam as desigualdades globais, na medida em que produzem ganhos assimétricos. Explica-se, assim, que, enquanto o centro se desenvolve, a periferia se subdesenvolva, na mesma proporção.

Não se trata de o indivíduo não raciocinar em termos de atracção e repulsão, porque raciocina, o problema é que são ambos determinados pelo centro, de tal forma que o desenvolvimento dependente da periferia gera distorções estruturais que exageram os factores de repulsão <sup>20</sup>.

É relativamente fácil provar que a migração se faz da periferia para o centro; basta observar como em qualquer ex-metrópole encontramos indivíduos provenientes das suas ex-colónias, mantendo-se, embora sob novas capas, o padrão imperialista de exploração (excepção feita à Alemanha que, receando conflitos raciais, lhes negou a entrada).

As migrações internacionais surgirão como substitutas das internas, particularmente vantajosas em situações de grande heterogeneidade étnica dentro de um mesmo espaço nacional (como é o caso da Suíça) ou de fraco desenvolvimento tecnológico no sector agrícola (caso da França no pós-guerra). O acesso à mão-de-obra proveniente da periferia não assume, no entanto, um padrão regular, sendo função <sup>21</sup>: (i) dos mecanismos públicos que a regulam e canalizam; (ii) da proximidade geográfica; (iii) das afinidades culturais, particularmente as linguísticas; e (iv) dos preconceitos étnicos e/ou raciais existentes na região recebedora.

## C. Os imigrantes nos mercados de trabalho do centro

### 1. O papel de exército industrial de reserva

A tese do exército industrial de reserva, elaborada por Marx, advoga que é de toda a conveniência da classe capitalista a existência de uma força de trabalho excedentária que, mesmo não participando do processo produtivo, força os salários à baixa, funcionando ainda como uma reserva ilimitada de mão-de-obra. A única forma de travar este mecanismo seria a tomada de consciência de classe, pelo proletariado, e a subsequente formação de sindicatos <sup>22</sup>. Ao importar mão-de-obra, o capitalista pode contrariar essa posição: divide, novamente, o proletariado para, então, "reinar".

O emprego de força de trabalho migrante, embora esta seja pouco qualificada, é vantajoso, pois: (i) sendo jovem e saudável, o seu nível salarial de subsistência é inferior ao da mão-de-obra nativa; (ii) podendo manter uma distância social em relação ao emprego, está disposta a trabalhar sob más condições de segurança e de higiene; e (iii) dado não ter qualquer consciência de classe nem filiação sindical, é bastante fácil despedi-la em situações de recessão. Assim sendo, demonstra-se que o recurso ao trabalho migrante não é uma característica exclusiva de épocas de escassez da força de trabalho: a migração pode ser promovida mesmo quando existe excesso de mão-de-obra local, como forma de criar um exército industrial de reserva artificial.

### 2. A segmentação do mercado de trabalho

Os trabalhos de Doeringer e Piore (1971) demonstram o irrealismo do mercado único de trabalho, funcionando em moldes de concorrência perfeita "à la neoclássico"; no seu lugar foi colocado o mercado dualista composto por dois segmentos: o primário e o secundário. Mais tarde, Piore (1979) retoma o tema e adapta-o tendo em conta a presença de trabalhadores migrantes nos mercados de trabalho nacionais.

Fazendo face a uma procura incerta e sazonal, o empregador estrutura a produção e a força de trabalho por forma a adaptar-se a tais condições: parte do trabalho é padronizado e passível de ser executado por qualquer trabalhador, pelo que este é perfeitamente dispensável; no entanto, existe uma fracção da mão-de-obra qualificada, que adquire o estatuto de capital, e que não pode correr o risco de despedir, mesmo em épocas de recessão. Formam-se, assim, dois mercados com as seguintes características:

#### **Mercado secundário**

\* mão-de-obra pouco qualificada

#### **Mercado primário**

\* mão-de-obra qualificada

* salário baixo	* salário elevado
* trabalhos conotados com status social inferior	* trabalhos conotados com status social superior
* condições de trabalho desagradáveis	* boas condições de trabalho
* insegurança	* segurança
* fracas oportunidades de carreira	* elevada mobilidade
* relação informal superiores / empregados	* relação formal, expressa num contrato
* empresas pequenas - mercado concorrencial	* empresas monopolistas e oligopolistas
* composto por três segmentos: mercado de trabalho externo	* composto por mercados internos <sup>23</sup>
<ul style="list-style-type: none"> <li>. mercados internos secundários</li> <li>. empregos c/ poucas oportunidades, mas pertencentes ao mercado interno</li> </ul>	

No entanto, não é apenas a dinâmica do mercado que dá origem a este dualismo, pois que, uma vez ele gerado, certas forças institucionais fazem com que alguns trabalhos não qualificados passem para o mercado primário (é o caso da proibição do despedimento sem justa causa). Ao invés de actuar sobre a causa da segmentação, apenas se ataca um dos seus sintomas (a insegurança no emprego), pelo que a necessidade de contratar trabalhadores para o mercado secundário se mantém: assim se justificam as práticas de recrutamento activo de trabalhadores migrantes <sup>24</sup>. Demonstrar que o trabalho migrante se concentra no sector secundário, através das estatísticas, não é tarefa fácil, uma vez que estas não se encontram classificadas segundo os parâmetros através dos quais o definimos; no entanto, da observação dos Quadros I e II podemos depreender que a mão-de-obra migrante se concentra nos sectores, como a construção, a indústria manufactureira e os serviços domésticos e em trabalhos manuais não ou semi-qualificados, onde (e aqui necessitamos de um input do senso comum) as situações descritas são típicas e a exposição face aos ciclos económicos é mais acentuada.

À presença da mão-de-obra migrante no mercado secundário não será estranha a sua função de exército industrial de reserva, pois, sendo desprovida de qualquer protecção sindical <sup>25</sup>, "está disponível para ser explorada" <sup>26</sup>; "o migrante é, sob muitos aspectos, o trabalhador «ideal»: não se faz rogado a cumprir horas extraordinárias, oferece-se para trabalhar no turno da noite, chega politicamente inocente (...). Os migrantes pagam impostos e descontam para a segurança social, mas não vão aí buscar muitos benefícios" <sup>27</sup>.

Porque aceitam os migrantes os trabalhos que os nativos não desejam? Em primeiro lugar porque, como planeiam, normalmente, uma estadia temporária, não os preocupa a falta de perspectiva de carreira ou a instabilidade do emprego. Em segundo porque, dado que o seu status

deriva dos papéis no país de origem, são imunes à "inferioridade" do trabalho. E, por fim, em terceiro lugar, mesmo sendo mal remunerados, o salário é sempre superior ao auferido na região de origem 28.

Não será lícito, no entanto, afirmar que todos os trabalhadores migrantes trabalham no mercado secundário; alguns deles (muito embora em minoria) estão empregados no mercado primário: é o caso dos trabalhadores qualificados. Portes <sup>29</sup> sintetiza, utilizando o caso dos EUA, as características dos fluxos migratórios em relação aos dois mercados da seguinte forma:

<b>Para o mercado primário</b>	<b>Para o mercado secundário</b>
* canais legais, ao abrigo das leis da imigração	* migrações temporárias e, frequentemente, ilegais
* o acesso ao mercado baseia-se nas características individuais	* o acesso ao mercado baseia-se na pertença étnica
* mesmas hipóteses de mobilidade que os trabalhadores nativos	* poucas, ou nenhuma, possibilidades de mobilidade
* a sua função é o reforço da mão-de-obra doméstica	* a sua função é "domesticar" a mão-de-obra nativa

**Quadro I - Distribuição dos trabalhadores estrangeiros por actividades**

	RFA	FRANÇA	EUA *
	(1972)	(1968)	(1970)
Agric., Silv. e Pesca	0,9	6,8	17,2
Minas	1,3	2,9	0,1
Construção	16,3	31,2	16,3
Indústria	62,0	34,8	33,4
Comércio	5,5	7,6	17,7
Transportes	2,3	2,3	1,6
Sector Público	1,9	2,8	-
Serv. Domésticos		5,4	3,2
Outros Serviços			10,3

\* Trabalhadores indocumentados registados em 1975

FONTE: Piore (1979), pp. 20-21

**Quadro II - Distribuição dos trabalhadores estrangeiros por ocupações**

	<b>França</b>	<b>EUA *</b>
	(1968)	(1975)
Agricultores	2,2	
Trab. Agrícolas	6,0	[ 15,6
Propriet. Ind.e Com.	3,7	3,3
Prof. Liberais e Direct.	2,0	
Gestores interméd.	2,4	
Empreg. e Vended.	4,2	3,1
Trab. Serviços		17,5
Trab. Domésticos	\ 7,2	3,2
Indefinidos	1,9	-
Trab. Manuais	70,4	60,0

**Distribuição dos trabalhadores manuais**

		<b>RFA **</b>
		(1972)
Encarregados	1,6	
Qualificados	24,8	16,0 16,0
Semi-qualificados	31,1	41,0
"Miners"	3,1	
Aprendizes	1,1	41,2
Não qualificados	38,2	31,0

\* Trabalhadores indocumentados registados em 1975

\*\* Valores para o emprego na indústria, nos seus 88% de trabalhadores manuais.

FONTE: Piore (1979), pp. 22-23

Pelo que foi dito anteriormente, não existe espaço para qualquer tipo de competição entre a mão-de-obra migrante e a nativa, pois aquela ou reforça esta, em fase de escassez (e trabalha no mercado primário), ou trabalha nos empregos que ela não aceita (no mercado secundário). Estamos, no entanto, a esquecer dois pontos:

1) Existem trabalhadores nativos para os quais a ideia de trabalhar no mercado secundário não é totalmente desagradável, e por razões semelhantes às invocadas pelos migrantes <sup>30</sup>: é o caso

dos adolescentes, das donas de casa e dos trabalhadores rurais que "migram" temporariamente para as regiões industriais - os trabalhadores marginais nativos por excelência <sup>31</sup>. No entanto, os migrantes têm vantagens sobre este grupo pois são mais adaptáveis às necessidades do mercado de trabalho, até porque qualquer um daqueles trabalhadores conhece restrições que se prendem com os seus papéis sociais principais (os trabalhadores rurais não trabalham na altura das colheitas, os jovens durante o tempo de aulas e as donas de casa não podem ter um horário incompatível com as suas tarefas domésticas,...), frequentemente previstos na lei.

2) Embora, no momento da partida, a estadia no estrangeiro <sup>32</sup> seja, quase sempre, vista como temporária, na maior parte dos casos a fixação é inevitável e o fluxo inicial de migrantes para o mercado secundário é substituído por um segundo fluxo, de filhos de migrantes, em direcção ao mercado primário.

" É o carácter predominantemente temporário dos fluxos migratórios que torna valiosa, do ponto de vista da sociedade industrial, esta migração entre regiões industriais e subdesenvolvidas, e equipa os migrantes para os papéis particulares que desempenham na sociedade industrial (...). À medida que a comunidade migrante se fixa, torna-se cada vez menos adaptada ao papel que inicialmente desempenhava (...)." <sup>33</sup> .

Nestas condições, surge todo um conjunto de tensões sociais e culturais que colocam os poderes públicos entre uma classe capitalista aparentemente favorável à liberalização dos fluxos de mão-de-obra e uma classe trabalhadora (que representa um elevado número de votos) relutante a toda e qualquer importação de força de trabalho.

### 3. O "enclave migrante" <sup>34</sup>

O estudo do enclave migrante é duplamente importante: ele representa, por um lado, o paradigma da fixação dos imigrantes e, por outro lado, um mercado de trabalho interno para uso exclusivo da força de trabalho migrante, que se mantém isolado da estrutura principal da sociedade.

Inicialmente, as oportunidades são mínimas e restringidas pela exiguidade da comunidade migrante. À medida que esta aumenta, são "invadidos" bairros tradicionalmente nativos; os comerciantes que aí estavam instalados, descontentes com a nova clientela, trespassam os seus negócios para os pequenos "empresários" migrantes que conseguem, assim, controlar partes significativas do mercado local e regional; surgem, dentro das economias industriais, enclaves migrantes, cujas actividades principais são, preferencialmente, a venda de artigos tradicionais do local de origem (artesanato, restaurantes,...) , as agências de viagens e o fornecimento de serviços legais e médicos.

Por outro lado, em mercados muito expostos às flutuações da procura, é frequente os grandes produtores controlarem um vasto leque de empresas subcontratadas, que utilizam como

amortecedoras de ciclos económicos. O mercado em que operam tais empresas, não conhecendo barreiras à entrada (do tipo dimensão-mínima-ótima), é o local propício para o estabelecimento das empresas geridas por migrantes, que beneficiam dos laços étnicos (lealdade, obrigação, honra, ...) para reunir trabalho e capital a baixos custos e produzir a preços competitivos.

Como nos diz Portes <sup>35</sup>, "as minorias, desde que dotadas dos recursos necessários, respondem ao capitalismo dominante com um capitalismo muito seu, que permite a sucessivas gerações escaparem à exploração formal do trabalho". É dúbio, no entanto, que "escapem à exploração", pois se, por um lado, conseguem o emprego estável que lhes é negado no mercado secundário, por outro, não há qualquer garantia de que consigam salários superiores.

Este "capitalismo muito seu" não surge, no entanto, em todas as comunidades migrantes; de uma forma geral, admite-se que a capacidade de acumular varia directamente com o grau de afastamento em relação à comunidade nativa, ao "mainstream". Por exemplo, os imigrantes na Europa Ocidental <sup>36</sup> que trabalham em grandes empresas e beneficiam de sindicalização têm demonstrado uma fraca tendência para a constituição de instituições autónomas, em parte porque os governos dos países de destino e de origem promovem o retorno. Por oposição, vejam-se os casos dos Paquistaneses em Manchester, dos Cubanos em Miami, dos Coreanos em Nova Iorque ou dos Indianos em Lisboa...

#### D. Exportação de trabalho e economias periféricas

Se, nos modelos de equilíbrio, a saída de mão-de-obra seria benéfica, a longo prazo, para a região de origem, no âmbito das teorias estudadas no presente capítulo tal postulado está completamente errado, porquanto às perdas de curto prazo vão ser acrescentados prejuízos dinâmicos ainda maiores. À virtuosidade do migrante como promovedor de um crescimento autosustentado contrapõe-se um círculo vicioso de drenagem de recursos <sup>37</sup>.

Porque é inviável o desenvolvimento a longo prazo? Porque:

1. O processo de exportação de trabalho e retorno "acelera os mecanismos de mudança, já em movimento, sem alterar a própria dinâmica da mudança (...) ou alterar o sistema social significativamente" <sup>38</sup>. As remessas dos emigrantes não são utilizadas para financiar a importação de bens de capital, mas para aliviar as pressões sociais, económicas e, por vezes, políticas imediatas, o que provoca uma dependência, não só conjuntural como estrutural, face a estes fluxos e, assim sendo, uma exposição à dinâmica dos mercados de trabalho do centro.

2. Mesmo que os Governos, na região de origem, desenvolvam políticas activas de captação de remessas, estas não passam, frequentemente, de tentativas inglórias, pois ainda que os seus valores totais sejam elevados, elas são muito fraccionadas, atingindo valores irrisórios quando tomadas individualmente. Assim sendo, os aumentos da poupança nacional não são suficientes para possibilitar uma expansão do investimento sem agravamento das tensões inflacionistas ou do déficit da Balança de Pagamentos.

3. O retorno, se, em primeiro lugar, não é tão frequente quanto se esperaria à partida, em segundo, raramente é acompanhado por um investimento propulsor de um crescimento autosustentado e, ao invés, faz aumentar o consumo de bens de luxo importados. Tendo sido exposto aos padrões de consumo das regiões industrializadas, o migrante "retornado" não demonstra qualquer apetência para adquirir bens locais, sendo o consumo de bens de luxo, aliás, estimulado pela necessidade de ostentação, por forma a ascender a um estatuto superior.

O seu desejo de independência leva-o a efectuar pequenos investimentos que, no entanto, não são feitos em sectores estratégicos, mas em pequenas empresas (até porque, quando foi empregado no mercado secundário, são as únicas que conhece), como é o caso da instalação de mercearias ou da exploração de um táxi. Nas regiões onde se concentra o retorno ocorre, então, uma certa expansão comercial, mas esta não passa de "uma ilusão de prosperidade económica em economias inviáveis" <sup>39</sup>.

4. Outro engano dos modelos de equilíbrio é a imagem do migrante como veículo de qualificação que aplicará na região natal. Em primeiro lugar, a maioria dos trabalhadores migrantes é recrutada para executar funções padronizadas, pelo que é um erro considerar que, no estrangeiro, são adquiridas qualificações estratégicas. Em segundo, porque, embora o migrante esteja disposto, no estrangeiro, a executar tais tarefas, demonstrar-se-à relutante em ocupar lugares no mercado secundário do país de origem. Em terceiro, porque, mesmo estando disposto a aplicar os conhecimentos adquiridos, existe um "gap" tecnológico entre as duas regiões que inviabiliza a sua utilização efectiva. E, finalmente, em quarto lugar, porque os migrantes qualificados são os que menos frequentemente retornam, pois são aqueles para quem a integração social é mais forte.

5. Simultaneamente, a emigração tem tendência para degradar a estrutura ocupacional nas economias em que ocorre, na medida em que desvirtua as actividades tradicionais; por mais que se aumentem, aí, os salários, não se consegue atrair de volta os jovens, que preferem as situações de desemprego a um trabalho que consideram degradante e humilhante. As consequências deste facto serão tanto mais gravosas quanto menor a capacidade de gerar novas actividades que substituam as anteriores.

6. Contrariamente ao que se pensa, as pessoas não emigram, na sua grande maioria, para ter acesso a determinados padrões de vida, que aliás desconhecem (falamos, em concreto, dos migrantes provenientes da "sociedade camponesa isolada", ou de situações que se aproximam desse ideal-tipo). Na verdade, elas só os desejam após migrar e, após o retorno, tentam mantê-los na região de origem, induzindo a deturpações na cultura rural. Exemplo típico são as casas dos emigrantes, consideradas esteticamente ofensivas, especialmente tendo em conta a paisagem rústica que as rodeia.

7. Por fim, é errado considerar que o efeito inicial de diminuição na mão-de-obra disponível pode ser compensado a longo prazo, pois se, por um lado, o movimento migratório tem tendência a autopropetuar-se, por outro, caso a migração seja singular, é destruído o equilíbrio etário e sexual, o que provoca uma acentuada quebra no crescimento natural da população. Paralelamente, e dado os

jovens constituírem a maior parte deste fluxo, há um enfraquecimento da força de trabalho que faz diminuir a produção.

#### E. A oposição à importação do trabalho

É do conhecimento geral que os nativos dos países importadores de mão-de-obra se mostram adversos à presença de migrantes (particularmente os estrangeiros) no seu território e no seu mercado de trabalho. Porquê? Parece não haver razão para tal reacção, dado que os migrantes tomam os empregos que os nativos não desejam, permitindo, aliás, que estes mantenham os seus no mercado primário (na medida em que, não havendo mercado secundário, o primário sucumbiria perante as oscilações da procura). Esta explicação simplista esconde, no entanto, três características dos fluxos migratórios: a sua função como exército industrial de reserva, a inevitabilidade da fixação e a tomada de "nichos" do mercado interno por empresários migrantes. Assim sendo, para além de, generosamente, assegurarem a segurança do emprego dos nativos, os imigrantes forçam o nível salarial à baixa, criam, a médio e longo prazo, um afluxo de trabalhadores concorrentes e vedam o emprego de nativos em determinados segmentos do mercado.

Como agravante, surge ainda o facto de, em situações de crise, os piores impactos serem exportados para a periferia, aumentando os factores de repulsão; ao contrário do que se passa no modelo de Ravenstein, a crise não estanca o fluxo migratório, antes o aumenta.

Estes acontecimentos terão consequências a nível social: se a infraestrutura espirra, a superestrutura constipa-se (a inversa será igualmente verdadeira...). Os nativos vêem os seus bairros e lugares de lazer invadidos por migrantes, com parcos conhecimentos da sua língua e, frequentemente, professando uma religião diferente. Assim sendo, eles constituem um desafio ao *status quo* cultural e, como agravante, são responsáveis pelo desemprego e pelos baixos salários auferidos. Numa posição surpreendente e nada visionária, Beijer <sup>40</sup> afirmou, em 1969, que "o maior benefício social da migração voluntária internacional (...) é a oportunidade de se reduzirem os nacionalismos ainda existentes".

No centro destes movimentos, estão os poderes públicos, caminhando no fio da navalha entre os grupos que os apoiam (a classe capitalista) e um grande número de eleitores (o proletariado). Piore sugere uma solução: se a presença de migrantes é consequência da segmentação do mercado de trabalho, a única solução viável politicamente <sup>41</sup> é combater a sua causa, ou seja, eliminar a incerteza da actividade económica. São prescritas, nestas circunstâncias, as políticas keynesianas de controlo da procura efectiva <sup>42</sup>. Existe, não obstante, uma via alternativa, se bem que menos ortodoxa: se os poderes públicos barrarem o fluxo migratório, aumentam a sua popularidade e tornam o mercado de trabalho dos imigrantes ainda mais precário, na medida em que eles serão ilegais, o que torna esta mão-de-obra ainda mais atractiva aos olhos dos capitalistas.

O problema da xenofobia coloca, entretanto, um grave dilema aos países europeus, como é o caso da França e da Alemanha, que de fortemente impulsionadores da imigração no segundo pós-

guerra (em que se baseou, aliás, a sua reconstrução) passaram a exercer um forte controlo fronteiriço (que, no entanto, apesar de "apertado", é permeável) e a promover o retorno (nomeadamente pela atribuição de reformas antecipadas ou de generosas ofertas aos que desejassem partir). A diminuição da fecundidade, nas últimas décadas, fará surtir, dentro em breve, os seus efeitos sobre o mercado de trabalho, através de cortes no número de activos (agravados pelo facto de a entrada na vida activa ser cada vez mais adiada, ao passo que a saída é antecipada), aos quais se contrapõe uma expansão da parte da população que vive à sombra da Segurança Social (calcula-se que, no ano 2025, um em cada quatro europeus terá mais de 65 anos). Assim sendo, o crescimento económico terá de passar: (i) por um grande aumento da produtividade do trabalho, difícil de conseguir em tão curto espaço de tempo, especialmente para uma Europa cada vez mais distante dos espaços de produção do conhecimento; e (ii) por um aumento da imigração, mesmo para o mercado primário, o que não poderá ser conseguido através do efeito perverso do encerramento das fronteiras.

#### F. Algumas questões

1. A ênfase destas teorias, no geral, esconde a grande diversidade dos fluxos migratórios e dos seus impactos sobre as duas regiões que unem. Descuram-se, entretanto, alguns casos, como é o exemplo da colonização; de facto, seria extremamente difícil argumentar que África se desenvolveu à custa da mão-de-obra europeia, votando o velho continente ao subdesenvolvimento.

Paralelamente, e dada a falta de conceitos capazes de especificar os principais eixos de comparação entre as "sociedades periféricas", desenvolve-se uma tendência para a análise dedutiva, a partir de alguns casos que se pretende serem típicos <sup>43</sup>, não respeitando o seu número, no entanto, os princípios de representatividade da amostra, conforme definidos pela estatística moderna.

2. No âmbito da crescente flexibilização do processo produtivo, qual será o futuro do mercado secundário? Poderão os países industrializados manter a coesão do sistema produtivo sem utilizar mão-de-obra migrante? Será sustentável a ideia de uma economia sem um mercado secundário (ou sem um exército industrial de reserva)?

Por outro lado, é cada vez mais popular o modelo japonês, as equipas de produção e o "on the job training", exigindo ao "operário fabril" um maior nível de qualificações - será a mão-de-obra migrante capaz de aceder a estes "novos" postos de trabalho?

Como integrar estes debates nos modelos das "estruturas sociais" e, particularmente, no mercado de trabalho dualista de Piore ou de Portes? Existem sérios riscos de estas teorias perderem poder explicativo da realidade, ficando limitadas a uma fase muito precisa do "modo de produção capitalista".

3. Finalmente, uma questão que se prende com o objecto de estudo: se o indivíduo não existe nem age de per se, mas só como parte das estruturas sociais, é inexplicável o facto de alguns partirem e outros ficarem; seria de esperar que as sociedades subdesenvolvidas periféricas

emigrassem em massa! Deverá, portanto, a análise "descer" até às particularidades de certos grupos, tendo em conta a selectividade dos processos e observando alguma margem de manobra.

Do exagero do indivíduo livre e racional passou-se à imagem, igualmente tendenciosa, do "homem-marioneta", cujo mais pequeno movimento é gerado pelas teias de uma estrutura que o domina. Esquecem-se, mais uma vez, as famílias, tão frequentemente a unidade onde é formulada a decisão de migrar, de que, posteriormente, o indivíduo se apropria.

## V - MIGRAÇÕES: DECISÕES INDIVIDUAIS OU ESTRUTURAS SOCIAIS?

A questão permanece em aberto, até porque a utilização de inquéritos para determinar as razões da migração mostra-se, entretanto, pouco frutífera, pois "é difícil distinguir os motivos de uma decisão tomada no passado de uma posterior racionalização" <sup>44</sup>.

Parece-me que as duas perspectivas aqui revistas são demasiadamente limitativas e talvez fosse útil uma abordagem de compromisso: o migrante decide mediante uma apropriação muito própria da forma de resposta que lhe foi inculcada pelas estruturas sociais em que se insere. As circunstâncias condicionam a decisão de migrar, mas não a determinam; como diria Marx, são os homens que fazem a sua própria história, mas não nas condições por eles escolhidas.

Mais uma vez se frisa o papel da unidade de decisão familiar, da qual qualquer uma das abordagens aqui revistas se parece esquecer. Regra geral, o indivíduo não migra porque se encontra desempregado (em tais circunstâncias poderia recorrer ao abrigo familiar até nova colocação no mercado de trabalho), mas porque toda a sua família se encontra em situação de carência de recursos e conhece alguém que diz que "lá fora se ganha bem". Só assim, aliás, poderemos explicar a regularidade das remessas, que patenteiam a unidade do rendimento familiar, mesmo encontrando-se os seus membros a quilómetros de distância.

## NOTAS

- (1) Cf. Federici (1991), p. 156; sobre a distinção entre migração e mobilidade residencial, cf. Clark (1986), p.20.
- (2) Idem
- (3) Idem
- (4) Embora se admita que a decisão pode ser afectada por uma variedade de factores, não se pode falar de um constrangimento formal.
- (5) Idem (1)
- (6) Cf. Zolberg (1989), p. 415
- (7) Cf. Piore (1979), p.1
- (8) Öncü (1990), p. 177
- (9) Zolberg (1989), p. 403
- (10) Inserida no nº 52 do Journal of the Royal Statistic Society.
- (11) Embora Everet Lee (1969, cit. Jackson, 1991, p. 21) opte por as considerar apenas como obstáculos à migração.
- (12) Cf. Jackson (1991), p. 19
- (13) Cf. Brubaker (1991), p. 947-948
- (14) Cf. Jackson (1991), p. 17
- (15) Os migrantes têm vindo a ser englobados numa nova categoria económica, os "target workers", ou seja, trabalhadores por objectivos, que vão vender a sua força de trabalho apenas para os atingir (e, portanto, quando aumenta o salário diminui a oferta).
- (16) Terminologia de Öncü (1990), p. 179
- (17) Cf. Zolberg (1989), p. 403 e 404
- (18) Cf. Jackson (1991), p. 34
- (19) Öncü (1990), p. 181
- (20) Vide Portes (1981), cit. Zolberg (1989) , p. 407
- (21) Cf. Jackson (1991), p. 31
- (22) Mesmo no âmbito de um referencial neoclássico, demonstra-se que a presença de um sindicato faz subir o nível salarial.
- (23) O mercado interno é "uma unidade administrativa (...) dentro da qual o preço e a distribuição de trabalho são governados por regras administrativas e procedimentos (...) deve ser distinguido do mercado de trabalho externo da teoria económica tradicional, onde as decisões de preço, distribuição e treino são controladas directamente pelas variáveis económicas" (Doeringer e Piore, 1971, p.2).
- (24) Piore, ao contrário dos teóricos do equilíbrio, considera que "são os empregadores, não os trabalhadores, e os trabalhos, não os rendimentos, que são estratégicos" (Piore, 1979, p. 19). Embora seja difícil reconhecer tal facto após instaurado o processo migratório, que se mostra autosustentado, este é induzido pelo recrutamento activo por parte dos empregadores - é o caso do Gästarbeiter alemão. Explicam-se, assim, factos que permaneceram inexplicáveis no seio dos restantes modelos, como é o caso de: (i) porque entre duas regiões similares uma regista saídas maciças e a outra não; (ii) porque uma área de baixo rendimento pode permanecer isolada, mesmo estando próxima de regiões industrializadas e, subitamente, conhecer movimentos migratórios significativos; e (iii) a particularidade das nacionalidades dos imigrantes em cada região.

- (25) Os migrantes são, frequentemente, vistos pelos sindicatos como "fura-greves", que fazem baixar os salários e absorvem uma fatia da assistência social conquistada "pelas duras lutas da classe trabalhadora" (cf. Rex e Tomlinson, 1979, cit. Jackson, 1991, p. 110)
- (26) Jackson (1991), p. 46
- (27) Berger e Mohr (A Seventh Man), cit. Jackson (1991), p. 46
- (28) Dado que o nível de preços é igualmente mais elevado, tal comparação pode ser afectada por "ilusão monetária".
- (29) Cit. Jackson (1991), p. 114
- (30) Distância social em relação ao trabalho, carácter meramente instrumental deste (são, também, target-earners) e, conseqüentemente, presença no mercado de trabalho temporária.
- (31) O termo "marginal" é utilizado para simbolizar o facto de a sua decisão de trabalhar, ou não, ser feita "na margem", no ajustamento entre a oferta e a procura.
- (32) O padrão da migração interna é semelhante, pelo que "estrangeiro" deve ser entendido como fora da região de nascimento.
- (33) Piore (1979), p. 52
- (34) Terminologia e postulados de Portes (1981), cit. Öncü (1990) , p. 191
- (35) Portes (1981), cit. Jackson (1991), p. 111 e 112
- (36) Estudados por Öncü (1990), p. 194 a 196
- (37) Daí que nunca se considere que a região de origem está "em vias de desenvolvimento"; ela foi, é e será subdesenvolvida pela lógica deturpadora do modo de produção capitalista a nível internacional.
- (38) Öncü (1990), p. 197
- (39) Abu-lughod (1985), cit. Öncü (1990)
- (40) Cit. Jackson (1991), p. 115
- (41) Existem outras soluções, nomeadamente a eliminação da rigidez institucional do mercado de trabalho, a qual permitiria a absorção, pelo mercado secundário, de mão-de-obra nativa. No entanto, não parece ser uma medida muito popular...
- (42) Cf. Piore (1979), p. 45. Resta saber até que ponto estarão os Governos dispostos a adoptar tais políticas, tão controversas tanto em termos ideológicos como de eficácia.
- (43) Cf. Öncü (1990), p. 196
- (44) Jackson (1991), p. 16

## **BIBLIOGRAFIA**

- BRUBAKER, R., "International migration: a challenge for humanity", International Migration Review, 4, 1991
- CLARK, W., Human Migration, Beverly Hills, Sage, 1986
- DOERINGER, P. e M. PIORE, Internal Labor Markets and Manpower Analysis, Lexington, Heath Lexington Books, 1971

- FEDERICI, N., "Tipologia delle migrazioni secondo le principali caratteristiche", Genus, Vol. XLVII, 1991
- JACKSON, J., Migrações, Oeiras, Celta, 1992
- ÖNCÜ, A., "International labour migration and class relations", in A. Martinelli e N. J. Smelser (Ed.) Economy and Society: Overviews in Economic Sociology, London, Sage, 1990
- PETERSEN, W., "Migration: social aspects", in International Encyclopedia of the Social Sciences, Vol. 10, New York, MacMillan and Free Press, 1968
- PIORE, M., Birds of Passage - Migrant Labor and Industrial Societies, London, Cambridge University Press, 1979
- ZOLBERG, A., "The next waves: migration theory for a changing world", International Migration Review, 3, 1989